



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Pregão Eletrônico n. 7/2026 - CIA 0076632-16.2025.8.11.0000

Assunto: Edital de licitação que tem por objeto o fornecimento de equipamentos de produção de imagem e áudio (câmeras, lentes, microfones, estabilizadores, baterias e cartões de memória), equipamentos de proteção e armamento (fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas), acessórios de transporte e armazenamento (cases) e itens de organização e sinalização (pedestais, cones, barreiras e balizadores), por meio do Sistema de Registro de Preços, destinados à Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Vistos etc.

Trata-se do procedimento licitatório instaurado com o objetivo de registrar preços de equipamentos de produção de imagem e áudio (câmeras, lentes, microfones, estabilizadores, baterias e cartões de memória), equipamentos de proteção e armamento (fones eletrônicos, algemas e kits de limpeza de armas), acessórios de transporte e armazenamento (cases) e itens de organização e sinalização (pedestais, cones, barreiras e balizadores), destinados à Coordenadoria Militar do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

A Presidência considerou a demanda oportuna e conveniente em 12/01/2026 (andamento n. 49 do expediente vinculado), reconhecendo a necessidade de recomposição dos itens em estoque, mas à adequação do acervo existente às demandas reais e atuais, inclusive diante do desgaste natural dos equipamentos, da necessidade de padronização, da ampliação das frentes de atuação e da intensificação das atividades de segurança institucional. Evidencia-se, ainda, que a não aquisição dos itens essenciais pode comprometer a eficiência operacional, a segurança de magistrados, servidores e jurisdicionados, bem como a própria capacidade de





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

resposta institucional do Tribunal

Por consequência, o Departamento Administrativo instruiu os autos com a planilha de despesas (andamento n. 15), no valor de R\$ 295.689,24 (duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), bem como a minuta de edital elaborada em observância do modelo padrão disponibilizado pela Advocacia-Geral da União (andamento n. 31), entre outros documentos.

Em seguida, a Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação reconheceu a adequação da modalidade licitatória e a regularidade formal dos autos, mas apresentou apontamentos e recomendações de ajuste antes da publicação do certame, a fim de garantir a legalidade, a competitividade e a vantajosidade da contratação. Confira-se:

“l) Qualificação fiscal e trabalhista: (...) orienta-se a exclusão do item 11.5.1.6, em razão da dispensa para apresentação do documento contido no item 11.5.1.9. Recomenda-se, também, a adequação da redação do item 11.5.2, para a letra da norma contida no artigo 42 e acrescentar a previsão dos §§1º e 2º do artigo 43 da Lei Complementar n. 123/2026.

m) Qualificação técnica: (...) deverá o item 11.7.2, do TR, prever o percentual/ quantidade mínima do total do lote, em consonância com a norma mencionada.

Além das adequações recomendadas nas alíneas “l” e “m”, com vistas ao aperfeiçoamento do Termo de Referência, sugere-se, ao final, as seguintes adequações no documento:

- No item 12.8, corrigir a menção do número de lotes, para sete;*
- Incluir cláusula de reajuste e o indexador correspondente, em observância ao inciso V, do artigo 92, da Lei n. 14.133/2021 e*





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

inciso III, do artigo 25, do Decreto n. 11.462/2023;

Editais do Pregão Eletrônico n. 07/2026

Quanto ao edital, este deve conter alguns requisitos obrigatórios, conforme previsto no art. 25 da Lei n.º 14.133/2021, os quais foram observados no presente caso. O presente Edital deverá considerar as adequações realizadas pela área técnica, que juntou o Termo de Referência n. atualizado e outros documentos, no andamento n. 11/2025/CMTJMT.

Além disso, orienta-se que:

- Excluir o item 3.6, pois empresas formadas em consórcios não poderão participar desta licitação (item 3.9.14). Poderá a vedação ser remanejada para o item 3.8;

- Excluir os itens 8.15 e 8.16;

Adequações à Minuta da Ata de Registro de Preços

- Na Cláusula Sexta, incluir a previsão específica da legislação do Sistema de Registro de Preços, Decreto n. 11.462/2023, artigo 25

- Incluir cláusula de reajuste e o indexador correspondente, em observância ao inciso III, do artigo 25, do Decreto n. 11.462/2021” (Parecer n. 40/2026/ATJL - andamento n. 41).

Dada à pertinência das considerações acima, este Presidente determinou, no andamento n. 44, que os setores responsáveis levassem a efeito as ressalvas feitas pela assessoria jurídica ou, subsidiariamente, trouxesse justificativas técnicas para manutenção da atual redação, sem que isto implique em riscos à Administração.

Em cumprimento à deliberação Presidencial, a Assessoria Militar para Planejamento em Aquisições juntou o Termo de Referência atualizado,





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

contemplando as sugestões de melhoria apresentadas pela assessoria jurídica, no andamento n. 52.

Posteriormente, foi elaborada nova Planilha de Despesa (andamento n. 59), com base no Termo de Referência retificado, reduzindo a estimativa de preços para o montante de R\$ 285.699,37 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos).

Com isso, a COPLAN atualizou a Informação Orçamentária n. 91/2026, juntando-a ao andamento n. 67.

Por fim, no andamento n. 70, o Gerente Setorial de Licitações informou que a minuta do edital foi alterada, em conformidade com o parecer jurídico e última versão do Termo de Referência.

É o essencial.

Decido.

O artigo 29, da Lei n. 14.133/2021 estabeleceu que o pregão é a via adequada para a aquisição de bem ou contratação de serviço cujo objeto possua padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Confira-se:

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei”.

Na espécie, verifica-se que o objeto da licitação se enquadra





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

na hipótese legal que permite a realização do pregão na sua forma eletrônica.

Destaque-se, ademais, que foram esgotadas as fontes ordinárias de pesquisa de preços e as recomendações formuladas pela Assessoria Técnico-Jurídica de Licitação foram acolhidas em sua totalidade.

Portanto, nos termos da Lei de Licitações, **APROVO** a última versão do Termo de Referência e o edital do Pregão Eletrônico n. 7/2026.

À Coordenadoria Administrativa para adoção das providências pertinentes.

Cumpra-se.

Cuiabá, data conforme registro no sistema eletrônico.

Assinado digitalmente

Desembargador **JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA**
Presidente do Tribunal de Justiça





Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:03930000-0AA5-0A58-5467-08DECAF9D7D0>

Código verificador - AD:03930000-0AA5-0A58-5467-08DECAF9D7D0



Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.